

A mulher-faraó: representações da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação (Egito Antigo – Século XV a.C.)

ALINE FERNANDES DE SOUSA*

Esta comunicação apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, cujo intuito era analisar a importância das representações iconográficas da rainha Hatshepsut (1473 a 1458 a.C.), da XVIII dinastia egípcia, para a sua legitimação no poder, tendo por base o conceito de gênero, já que a mesma protagonizou um momento peculiar na história do Egito Antigo: a ascensão de uma mulher como faraó.

O material selecionado para esta pesquisa emana principalmente de dois sítios: a Capela Vermelha de Amon em Karnak e o templo construído por Hatshepsut em Deir el-Bahri – *Djeser-djeseru*. Contudo, duas fontes utilizadas são provenientes de outros locais do Egito: o grafito da região de Assuã e a inscrição encontrada em uma mina no Sinai.

O *corpus* é composto basicamente de relevos e estátuas. No primeiro grupo foram dispostos vinte e quatro relevos, na seguinte ordem: 1- aqueles produzidos no período em que Hatshepsut aparece como rainha, 2- na fase em que foi regente durante a menoridade de Thutmés III e 3- durante seu reinado como faraó. O último momento mencionado é o que conta com o maior número de fontes. As imagens foram dispostas em temas como “coroação” e “culto aos deuses” (oferendas e rituais), ficando por último a imagem que mostra Thutmés III adorando Hatshepsut e representações apagadas ou substituídas durante o reinado do sucessor da mulher-faraó.

No que concerne às estátuas, foram organizadas seguindo lógica semelhante àquela empregada para os relevos. As imagens de Hatshepsut foram distribuídas a partir dos temas “representações entronizadas”, “representações como esfinge”, “representações de culto aos deuses” (oferendas, por exemplo) e, por fim, “representações osirianas”.

Em seu período faraônico o Egito foi comandado por quase trezentos governantes que reafirmavam a cada reinado os pilares estabelecidos pela monarquia divina, que dava aos mesmos o status de terem sua humanidade diminuída diante da origem divina atribuída em decorrência da posição que ocupavam.

* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

O estudo de um reinado do Egito antigo, apesar de estar voltado para pontos específicos, torna-se incompleto quando não atenta para as questões fundamentais que estruturaram a sociedade egípcia por quase três mil anos. Embora seja óbvio que esse longo período não esteve isento de alterações periféricas, podemos dizer que a manutenção das estruturas sociais básicas foi responsável pela continuidade característica do Egito Antigo.

Hatshepsut ascende ao trono em uma monarquia formada por uma ideologia, uma iconografia e convenções sociais bem estruturadas, fazendo com que a mulher-faraó as usasse para assegurar sua legitimidade. Mais do que qualquer faraó, Hatshepsut validou seu reinado enfatizando uma ligação do mesmo com aspectos do passado e com a religião, através da tentativa de recriar as características da XII dinastia, considerada uma época de esplendor pelos egípcios.

A MONARQUIA DIVINA

O mundo contemporâneo, com sua tendência a uma constante categorização, observa com encantamento as estruturas de pensamento das sociedades antigas, principalmente a capacidade de não separarem a realidade em categorias estanques. Nessas civilizações, mitos, rituais e práticas religiosas abrangiam assuntos que hoje são considerados laicos, como política, distribuição da produção e divisão social.

A ideia de um rei cuja divindade era considerada a tal ponto que resultava na construção de monumentos grandiosos – como as pirâmides – por seus súditos estimulou a imaginação dos homens desde que os artefatos egípcios tornaram-se alvos da cobiça e do interesse nos tempos de Napoleão Bonaparte. Entretanto, a constante afirmação do faraó como deus na terra negligenciava a mortalidade dessa figura que, apesar de ter sido objeto de culto e adoração, não podia vencer a contingência de sua humanidade. Diante disso, quais eram os limites da percepção da divindade faraônica e como essa natureza divina era reforçada?

Um dos pilares da sociedade egípcia foi, sem dúvida, a instituição da realeza, que justificava ideologicamente a permanência das divisões presentes nessa civilização. De maneira geral, a realeza é quase sempre associada a valores religiosos e, aos governantes, é creditado um poder divino ou uma sanção dos deuses. A capacidade de os símbolos reais e de o discurso se expressarem em termos de realeza na monarquia egípcia sobreviveu a mudanças

políticas e a instabilidade de poder. A monarquia, assim, era entendida como pressuposto da ordem social e o monarca era o principal símbolo do país. (BAINES, 1995: p.3)

A característica sagrada da realeza do faraó foi recorrentemente enfatizada na literatura e na iconografia. O mito do rei divino era o ponto em que convergiam todas as variantes da cosmogonia egípcia. O faraó, dentro desse pensamento, era encarado como descendente do deus criador, sendo assim, herdeiro do cosmo completo e o grande responsável por impedir o estabelecimento do caos que no início dos tempos foi expulso para os limites do mundo organizado do qual o Egito era o centro. Como mediador entre os mundos divino e humano, entre o visível e o invisível, o rei era o único capaz de alimentar e fortalecer os deuses através de oferendas de alimentos e bebidas, fazendo com que eles continuassem a lutar contra as forças da desordem. Manter o equilíbrio e a ordem, ideias personificadas na figura da deusa Maat, filha do deus solar Ra, era um dos grandes deveres do monarca, já que o cumprimento dessa tarefa promovia uma renovação cíclica que fazia com que tudo funcionasse, desde o nascimento de um novo dia até a cheia anual do Nilo.

Essa responsabilidade era projetada de forma mais atenuada para o restante da população, que mantinha *maat* no cumprimento de suas tarefas e na obediência ao seu governante, que mais uma vez era colocado como uma referência. A monarquia divina no Egito era, portanto, uma *teofania*, ou seja, não era um governo pautado em nome da divindade, mas a atuação de uma divindade no trono que, através de um direito adquirido por herança, possuía o controle total da terra e de seus súditos.

A ideia de uma conexão do faraó com os deuses era de extrema importância para a consolidação do poder real. Assim, por ter uma natureza divina, o monarca distinguia-se do resto da humanidade. Após sua coroação, o rei tinha sua figura associada ao deus falcão Hórus que, de acordo com a mitologia, vingou o assassinato de seu pai, o deus Osíris, lutando contra seu tio Seth para retomar o trono do Egito que era seu por direito. Com a morte do monarca, sua imagem passava então a ser conectada à de Osíris, primeiro faraó do Egito e que, através da intervenção da deusa Ísis, voltou à vida após ser mumificado, tornando-se posteriormente o deus do mundo dos mortos. Dentro desse ideal, o rei era considerado por seus súditos como a expressão terrestre da impalpável esfera divina e a ele eram prestados cultos e adoração. Contudo, a inerente mortalidade do governante não podia ser negada nem

esquecida, já que fatores como o tempo e a suscetibilidade do corpo tornavam explícito seu caráter efêmero.

As alterações sobre a forma como os egípcios viam seu faraó e o que ele representava podem ser explicadas na dualidade homem/deus que compunha a figura real. De um lado havia um ser imbuído de um poder sagrado que personificava uma instituição de origem divina e de outro havia um líder que possuía uma função no mundo humano. Apesar de sua essência divina, o rei precisava, assim como uma pessoa comum, de um túmulo para garantir sua vida após a morte; o que estabelecia uma diferença em relação aos deuses já que estes podiam envelhecer, mas raramente tinham sua morte registrada. Antes de sua ascensão ao trono, seu crescimento e desenvolvimento eram acompanhados pelos súditos, que estavam cientes de situações complicadas como uma sucessão prejudicada pela falta de herdeiro ou a existência de conspirações reais. Para David Silverman, a ampliação da literatura propagandística, chamando a atenção para o direito de um faraó ao trono, demonstra, mesmo que de forma implícita, que o povo estava consciente da origem humana do soberano. (SILVERMAN, 2002; p. 76)

A dualidade presente na figura faraônica aparece em epítetos, na iconografia e nas variações perceptíveis no conceito de realeza. Para Dominique Valbelle, a durabilidade da monarquia egípcia residia, justamente, em sua capacidade de manter uma continuidade ao mesmo tempo em que possuía a habilidade de se adaptar (VALBELLE, 2002: p. 97). Como observamos, os egípcios viam em seu soberano tanto um ser, originalmente mortal, quanto um cargo, sempre divino e esses dois componentes originais permaneceram reconhecíveis na realeza divina, mesmo que essa distinção fosse mais clara em alguns períodos do que em outros.

O processo de legitimação era desenvolvido através de várias estratégias. Uma delas era o ritual, fundamental para a ascensão do faraó como divindade e para resguardá-lo do mundo circundante, já que, como deus, era preciso que o monarca fosse diferenciado do restante dos homens. As ações ritualísticas reforçavam o contato do faraó com os deuses e ajudavam a imbuir o monarca com poderes divinos, como a celebração do jubilei e do *festival Sed*, normalmente realizado no trigésimo ano de reinado com o intuito de proporcionar a revitalização do poder real. É emblemático o fato de alguns faraós da XVIII dinastia, como Hatshepsut, Amenhotep II (1427-1401 a.C.) e Akhenaton (1353-1335 a.C.), terem realizado o

jubileu bem antes dos trinta anos de reinado, demonstrando que esse ritual era um importante instrumento para reforçar uma legitimidade tanto no plano divino quanto no humano.

Ao ser colocado como o único intermediário entre homens e deuses, o faraó era teoricamente o responsável pelos cuidados diários com a divindade, mesmo que, na prática, os sacerdotes atuassem como seus representantes. As raras aparições públicas do faraó, sempre envolto com símbolos mágicos e de poder, ajudavam na formação de sua imagem divina. Em certas circunstâncias, todos esperavam que o próprio faraó executasse as maiores liturgias diante de uma multidão de súditos. Essa era uma ocasião para se ver o rei, os deuses em suas barcas divinas e para seguir o aparato maciço da procissão faraônica. O ritual realizado diante de um grande público anunciava de forma explícita a legitimidade divina do faraó. Nesse contexto, as insígnias faziam a autoridade real reconhecível, como no caso das mais diversas coroas.

Aliado ao cerimonial, às insígnias e aos paramentos, a construção de estátuas, colossos, templos e estelas comemorativas mostravam ao povo do Egito e seus vizinhos que o monarca exprimia em pedras e cores a sua essência divina. Dificilmente demonstrando sua personalidade nas obras, o monarca iniciava, a partir de sua coroação, as obras propagandísticas do poder de seu reinado. De maneira geral, os monumentos em pedra dos grandes centros populacionais serviam como uma constante lembrança de que havia um poderoso faraó no trono.

Especificamente no relativo às imagens do soberano, elas eram sempre idealizadas, já que representações de velhice, indicação de tempo, deformidade e movimento violento são praticamente inexistentes nas obras egípcias. As imagens dificilmente eram representações individualizadas do monarca, mas sim a expressão de um poder atemporal, sem sinais do tempo. O faraó como homem era sempre representado no apogeu de sua vida e como um deus era sempre retratado com perfeição e vigor. Além de uma ligação com o divino, os governantes necessitavam evocar seus laços com os grandes reis do passado ou com seu antecessor.

Os pontos apresentados demonstram como, apesar da divindade atribuída ao faraó, era necessária uma série de ações que visavam reforçar e legitimar o poder na monarquia divina egípcia. Tais aspectos são cruciais para se pensar o reinado da mulher-faraó Hatshepsut, que intensificou o uso desses instrumentos de reconhecimento do poder régio.

O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE EGÍPCIA

O papel atribuído às mulheres na sociedade egípcia proporcionou acirrados debates historiográficos. Em comparação com mulheres de outras civilizações, como a grega, as egípcias tinham maior liberdade e autonomia. Contudo, essa liberdade deve ser vista dentro de seu contexto, com suas limitações sociais específicas.

Masculino e feminino eram encarados como complementares e seu contraste visto como o principal exemplo do que é dinâmico, como em um dos mitos de criação mais conhecidos, oriundo da cidade de Heliópolis. Nas águas caóticas e inertes do início dos tempos, antes da intervenção do deus criador, já existiam quatro casais que apareciam como um potencial latente de movimento e transformação. Mediante a ação do criador, surgiu o primeiro casal divino, Shu e Tefnut, que por sua vez deu origem a outro par, Geb (terra) e Nut (céu), os quais por sua vez produziram Ísis, Osíris, Seth e Néftis. Podemos observar nesse mito que o universo tomou forma através da interação desses pares de deuses que representavam o masculino e o feminino. Além disso, o mundo divino, de acordo com o pensamento religioso, era habitado por outras inúmeras divindades femininas, a quem eram prestados cultos.

Mesmo pertencendo a um princípio único, masculino e feminino tinham esferas de ação bem características. Às mulheres caberiam as funções de gerar, curar e manter o equilíbrio e aos homens as funções de julgar, guerrear e conduzir (SOUZA, 2003: p. 64).

A presença de mulheres em transações econômicas, atuando como defensoras e testemunhas, podendo requerer o divórcio, entre outros fatores, sustentam as teses de uma amplitude do papel da mulher, comparável ao homem na sociedade egípcia. Contudo, nenhum desses argumentos deixou de suscitar questionamentos.

Em primeiro lugar, o pensamento monista egípcio não invalidava a presença de hierarquia dentro da estrutura social, o que torna errônea qualquer abordagem que intente categorizar as mulheres egípcias como um grupo homogêneo. Além disso, devemos ter em mente a natureza das fontes que chegaram até os dias de hoje. Essas são provenientes de uma pequena elite que podia arcar com os custos dos materiais de maior durabilidade para a construção de suas tumbas ou, no caso específico do monarca, para a construção dos templos e monumentos. As fontes, portanto, não esclarecem até que ponto as ideias representadas

eram compartilhadas pelas pessoas mais humildes. Assim, mais do que afirmar a igualdade jurídica das mulheres em relação aos homens no Egito, devemos ter em mente a seguinte questão: qual era a possibilidade real das egípcias de exercê-la?

A vulnerabilidade de algumas mulheres é explícita em textos e imagens. Como exemplo, temos a figura da viúva que estava situada entre os pobres e desassistidos da sociedade. Em algumas biografias e textos sapienciais, em que era procurado demonstrar um comportamento ideal, era comum dizer que uma pessoa ajudou uma viúva.

O cânone artístico também nos diz muito sobre a diferenciação entre homens e mulheres. Ao pensar na utilização de fontes iconográficas, Gay Robins alerta para o cuidado que se deve ter no estudo da arte oficial, já que sua execução era ordenada essencialmente por uma elite masculina. Em várias representações a variação de tamanho indicando hierarquia era aplicada para diferenciar homens de mulheres, sendo elas desenhadas em escala menor. Já com relação ao deslocamento, em cenas de casais posicionados lado a lado, as mulheres sempre tinham suas figuras deslocadas, ficando atrás dos homens. Representadas de forma ideal, com uma beleza juvenil, as egípcias, frequentemente, eram colocadas nas cenas em uma atitude passiva em relação aos homens (ROBINS, 1994: p. 36).

No referente à divisão do trabalho, mulheres raramente eram representadas em cenas relativas às atividades agrícolas, não aparecendo realizando funções artesanais, com exceção da fabricação de pão e cerveja e a fiação e tecelagem. Nas pinturas, essa característica fica clara, já que os homens eram retratados com uma cor mais escura que as mulheres, mostrando que as ocupações no exterior da casa eram majoritariamente e, algumas vezes, exclusivamente masculinas, enquanto que as ocorridas no interior dos espaços cobertos podiam ser tanto femininas quanto masculinas. Entretanto, devemos seguir os conselhos de Ciro Cardoso, para quem “[...] as reconstituições de base única ou predominantemente iconográfica são sujeitas à *caução*, sendo muitos os fatores culturais capazes de induzir distorções” (CARDOSO, 2003: p. 56). Para este autor é difícil imaginar que nas aldeias camponesas as esposas não trabalhassem lado a lado com seus maridos nas plantações.

Com relação à monarquia divina, a noção de realeza feminina era complementar a desempenhada pelo rei e não restam dúvidas que a rainha era extremamente importante em alguns rituais, atuando como contraponto do faraó. Um exemplo é cargo sacerdotal *hemet-netjer* ou “Esposa do deus” que durante a XVIII dinastia ganhou proeminência dentre os

títulos portados pelas rainhas. O título sugere que sua portadora estaria a serviço do deus Amon atuando como sua esposa, sem, portanto, se casar com um “marido humano”. Porém, ao levarmos em conta que as portadoras eram rainhas sabemos que esta suposta regra era irrelevante na atuação cerimonial no templo. O título “Mão do deus” usado algumas vezes em conjunto com o de “Esposa do deus” enfatizava o conteúdo sexual de ambos, já que o primeiro seria uma referência a mão do deus criador que se masturbou, formando o primeiro casal divino, Shu e Tefnut. Porém, não sabemos a implicação deste conteúdo no ritual templário. O que pode ser dito é que “Esposa do deus” constituía um exercício efetivo do culto de Amon e que a rainha que o portava encarnava o princípio feminino, próprio a manter os ardores criativos do deus.

O REINADO DE HATSHEPSUT

A morte do faraó Thutmés II (1492-1479 a.C.), na XVIIIª dinastia, deu início a um momento peculiar na história do Egito Antigo. Não possuindo o monarca filhos homens com sua esposa principal, coube a uma criança, fruto da união do faraó com uma esposa secundária, o trono do Egito. Porém, diante da impossibilidade do herdeiro assumir o poder devido sua pouca idade (tinha apenas 2 ou 3 anos), a liderança do país foi assumida pela esposa principal de Thutmés II, a rainha Hatshepsut. Por volta do sétimo ano de regência, Hatshepsut passou a usar as insígnias reais e se autodenominar faraó do Egito (1473-1458 a.C.). Com isso, foi iniciado um governo de quase vinte anos que possuía um aspecto pouco usual: o controle das Duas Terras estava à cargo de uma mulher. Este fato ampliou a necessidade de uma contínua legitimação por parte da soberana.

Hatshepsut aparece pela primeira vez representada em uma estela como esposa principal de Thutmés II. Os poucos monumentos produzidos no período em que foi rainha não evidenciam nenhum *status* maior ou exercício de um grande poder por ela. Como esposa do faraó, usou os títulos normais de rainha como “Grande Esposa do Rei” e “Esposa do deus Amon”.

A morte prematura de Thutmés II e o fato deste não ter tido filhos homens com Hatshepsut enfatizaram um problema cujas origens remetem ao início da XVIIIª dinastia: a sucessão real. O segundo faraó da XVIIIª dinastia, Amenhotep I (1525-1504 a.C.), morreu sem deixar herdeiros. Assim, o trono do Egito coube a Thutmés I, militar sem linhagem real

casado com a irmã do antigo faraó, a princesa Ahmés, que por também ser filha do primeiro monarca da XVIIIª dinastia (o faraó Ahmés I.), representava a linhagem responsável pela reunificação do Egito. O reinado de Thutmés I parece ter conseguido legitimidade perante os súditos.

Da união do casal real, nasceram Hatshepsut e seus irmãos que uniam as duas linhagens, pois além de possuírem o sangue real dos Ahmésidas (referente aos descendentes do rei Ahmés I), também tinham o sangue da nova linhagem Thutméssida. Além desses filhos, o faraó Thutmes I teve um menino com uma esposa secundária, que não possuía, por essa razão, o sangue real dos reunificadores. Com a morte dos filhos homens provenientes da rainha, este menino se tornou o sucessor do monarca, mas para que tivesse direito ao trono era necessário casá-lo com uma herdeira legítima. Assim, o futuro sucessor de Thutmes I – Thutmés II – desposou Hatshepsut, sua meia-irmã. Desse casamento nasceu a princesa Neferura e da união de Thutmes II com uma esposa secundária nasceu o seu futuro sucessor – Thutmés III. Diante da impossibilidade da criança assumir o trono com a morte de Thutmés II, Hatshepsut assumiu como regente, o que não era incomum para uma rainha. Poucas são as fontes que abarcam o período regencial, mas para Peter Dorman, Hatshepsut controlava todos os mecanismos de governo, o que criou a necessidade de expressar esse controle ideologicamente. Assim, de forma considerada por ele precoce, Hatshepsut elabora um prenome para si, equivalente a um nome de trono – *maatkare* - Maat é o ka de Ra (DORMAN, 2005: p. 88). Mesmo sendo uma regente no reinado de seu sobrinho/enteado, ela continuou a usar o título de “esposa principal do rei”. O nome *maatkare* aparece em várias inscrições do período juntamente com o de “Esposa do deus”, mostrando o início de uma confluência entre os atributos de consorte e de faraó. Assim, ela reforçou sua autoridade através de títulos e ações, como o transporte de dois obeliscos para Karnak. Entretanto, sete anos após se tornar regente, mudanças são efetuadas em suas representações: Hatshepsut passa a se autodenominar e se representar como faraó.

Podemos destacar três linhas teóricas que tentam explicar a ascensão de Hatshepsut ao poder (GRALHA, 2002: p.110-111). A primeira, que atualmente não parece ter muitos seguidores, classifica a rainha como usurpadora do trono, por ser a única herdeira com o sangue real dos reunificadores. Entre os autores que defendem tal proposição está Barbara Lesko (LESKO, 1987: p. 5). A segunda vê Hatshepsut como co-regente, por se basear na

biografia de um alto funcionário que designa Thutmés III como rei no palácio e Hatshepsut como responsável pelos negócios do país. Já a terceira linha teórica a designa como faraó e tal reinado poderia ter tido um caráter dual, ou seja, com dois reis coroados, tendo o faraó Hatshepsut como a figura proeminente, tendo Thutmés III um papel secundário em relação à ela. Esta última linha é defendida por autores como Gay Robins (ROBINS, op.cit.) e Cathleen Keller (KELLER, 2005: p. 96) e é a que consideramos mais pertinente.

Hatshepsut começou cedo seu programa de construções, antecipando sua elevação ao trono ao encomendar um par de obeliscos da pedra de granito em Assuã quando ainda era rainha regente. Ela também foi representada na construção de Karnak fazendo oferta diretamente aos deuses o que era normalmente feito só por reis. Como regente, ela reforçou sua autoridade através de títulos e ações. Entretanto, alguns anos após se tornar regente, mudanças foram efetuadas em suas representações: Hatshepsut passou a se autodenominar e a se representar como um autêntico faraó.

Com o decorrer do reinado, após se autodenominar faraó, Hatshepsut promoveu um programa de reconstruções de estruturas deterioradas, como o templo de Amon em Karnak, e uma série de novas construções, dentre elas seu famoso templo funerário em Deir el-Bahri.

Com a ascensão de Hatshepsut, sua filha Neferura, até então ausente nas fontes, começou a ter um lugar proeminente nas representações e o título de “Esposa do deus” foi transferido para ela. Robins acredita que a proeminência das representações de Neferura como ‘esposa do deus’ se deu pela necessidade vital para Hatshepsut, como faraó feminino, de ter seu contraponto em alguns rituais em que era necessária a presença da mãe do rei/ esposa do rei.

No templo de Amon, Hatshepsut reformou largas seções construídas por seu pai e seu marido. Como sinal de piedade, erigiu um novo santuário para a barca de Amon chamado hoje de Capela Vermelha que possuía em sua decoração representações da rainha fazendo oferendas aos deuses.

No deserto do Médio Egito, Hatshepsut dotou dois templos dedicados a divindade Pakhet, uma deusa feroz com cabeça de leão que era cultuada localmente. Pelo fato dos gregos, tempos depois, terem equiparado essa divindade com a deusa Ártemis, o maior templo é amplamente conhecido pelo nome clássico *Speos Artemidos*. O templo menor da deusa é

conhecido como *Speos Batn el-Bakarah* e foi gravemente deteriorado no reinado de Thutmés III. O *Speos Artemidos* sobreviveu até o reinado de Seti I (1306-1290).

A cena que acompanha a inscrição mostra Hatshepsut ajoelhada em frente a Amon sentado no trono enquanto a feroz Pakhet estende seu braço esquerdo e promete apoio ao novo rei. Outra inscrição presente contém um pronunciamento da política do reinado de Hatshepsut, ou seja, de renovação e restauração. Ela diz que no momento de sua criação ela foi destinada a restaurar a pureza dos templos egípcios em todas as suas glórias passadas.

Sua transformação em faraó foi fortemente reafirmada na decoração do templo de Deir el-Bahri, cuja construção parece ter começado no sétimo ano de reinado e continuado até a morte de Hatshepsut, por volta do ano 1458 a.C. Segundo Ann M. Roth, esse templo era a expressão da agenda política de Hatshepsut, já que o uso de alusões históricas, como a descrição de sua expedição a Punt, e religiosas foi feito para consolidar e demonstrar seu poder. (ROTH, 2005: p.147)

Para reforçar seu papel como governante, Hatshepsut desenvolveu textos em que aparece sendo escolhida por seu pai para sucedê-lo e, por isso, apresentada aos deuses como tal. O desenvolvimento do mito do nascimento divino, na qual ela teria sido gerada através da união do deus Amon com sua mãe Ahmés, também foi utilizado para consolidar sua legitimação. Este aspecto vai ao encontro da ideia de que a função e o poder da “Esposa do deus” seriam responsáveis por perpetuar o mito cósmico. Uma das representações mais interessantes contidas nesse templo mostra o deus Khnum, oleiro dos deuses, modelando a criança (Hatshepsut) para ter um corpo e ka masculino, como deve ser tradicionalmente o faraó.

A mulher-faraó realizou seu jubileu, ritual público de renascimento e renovação para o rei idoso e para aumentar a confiança pública em seu reinado, com quinze anos de reinado. Um segundo par de obeliscos foi encomendado para marcar essa data. Eles foram erigidos na sala hipóstila de Thutmés I no complexo templário de Karnak. A inscrição contida na haste e na base mais uma vez enfatiza o relacionamento dela com seus pais, terreno (Thutmés I) e divino (Amon-Ra), assim como seu direito ao trono.

No vigésimo segundo ano de reinado, Hatshepsut deixou de ser representada, provavelmente devido à sua morte. A estela do templo de Montu em Armant parece ser um marco, já que nela Thutmés III é chamado duas vezes nas inscrições de “Thutmés, governante

de Maat”, o que remete ao tradicional papel do faraó como mantenedor da ordem, justiça e verdade.

CONCLUSÕES DA PESQUISA

As informações a respeito da sociedade egípcia que são utilizadas com o intuito – muitas vezes frustrado – de compreender a dinâmica de uma época há milênios distante da nossa, provêm, fundamentalmente, de uma pequena elite que foi capaz de concentrar os meios necessários à construção de monumentos que resistissem à fúria contínua do tempo. O comando do Egito estava concentrado nas mãos de um grupo que desenvolvia em torno de si todo um discurso legitimador, perpassado por valores religiosos que justificavam e garantiam sua primazia no poder.

De acordo com a crença, o deus criador deu origem a uma série de divindades que culminaram na figura do faraó, a quem foi dado o controle do Trono das Duas Terras. A partir de sua ascensão como governante, o monarca adquiria um *status* especial que o diferenciava do resto da humanidade ao ter sua imagem associada ao importante deus da religião egípcia, Hórus. Como ser meio humano, meio divino, descendente da divindade criadora, o faraó incorporava os atributos e as insígnias inerentes à sua posição no momento em que chegava ao trono. Coroas e cetros faziam com que o soberano demonstrasse seu lugar enquanto divindade, masculina por excelência. Além disso, esse traço da personalidade real era constantemente reforçado através de um discurso que corroborava a monarquia divina, sendo repetido nas paredes das construções monumentais executadas pelas ordens do monarca. Assim, o poder e a divindade eram transmitidos, idealmente sem interrupções, de pai para filho, de faraó para herdeiro. Contudo, observamos que questões terrenas dificultavam a sucessão e acabavam se contrapondo à lógica estabelecida pela mitologia que amparava a monarquia egípcia.

Apesar da já conhecida importância atribuída às divindades femininas, estas atuavam como complemento e contrapartida dos deuses, sendo necessárias para a criação e auxiliando na manutenção da ordem do mundo. O reflexo desse arranjo é percebido na forma como as consortes reais eram caracterizadas e representadas, ou seja, como um complemento vital para o rei no referente à continuidade do poder. Prova disso são os mais variados títulos destinados às rainhas que as categorizavam através de sua relação com a divindade do rei. Portanto, ser

mãe do rei, filha do rei ou *esposa do rei* era um importante papel dentro da estrutura governamental e mitológica. Isso porque, como observamos, mesmo possuindo uma posição privilegiada se comparada a outras sociedades, a mulher egípcia, inclusive das camadas que ocupavam o centro do comando, tinha uma posição inferior à do homem.

O início da XVIII dinastia foi marcado pela existência de figuras femininas fortes que, devido às lutas de reunificação, assumiram papéis importantes dentro da monarquia, atuando, inclusive como regentes. Ahmés-Nefertari, rainha do primeiro monarca da dinastia, a quem décadas mais tarde seria prestado culto como divindade protetora, foi honrada e atuou em assuntos de Estado. Consideramos confirmada a hipótese segundo a qual o processo de aumento da importância política e religiosa das rainhas alcançou seu ápice durante o reinado de Hatshepsut. Já no período em que atuou como regente, a mulher-faraó enfatizou como nenhuma outra rainha a sua posição com título sacerdotal “*Esposa do deus Amon*”, título portado pela primeira vez por Ahmés-Nefertari; e, mais tarde, eternizou em pedras como sua mãe, descendente dos reunificadores, através de uma ligação com o deus dinástico, havia dado origem ao faraó do Egito, *Maatkare*.

Embora a existência de uma mulher como regente tenha sido algo aceitável e algumas vezes estimulado para proteger o trono de um herdeiro menor de idade, a ascensão de uma mulher como faraó apresentava-se como uma contradição, levando em consideração o discurso que conectava a imagem do soberano a de deuses masculinos. A emergência de Hatshepsut como faraó a partir do sétimo ano de regência gerou a necessidade de dar ênfase às ações legitimadoras que justificassem sua permanência no trono.

Observamos que, apesar das inovações identificadas já no período regencial, como a transferência de obeliscos e a representação da rainha com características femininas e ornamentos faraônicos, Hatshepsut utilizou ferramentas corriqueiras dentro do discurso monárquico e as temáticas escolhidas dificilmente apresentavam algo nunca antes utilizado. Até os inovadores relevos do nascimento divino do rei, podem ser encarados de tal maneira, já que foram a representação iconográfica de uma crença há muito utilizada por faraós e registrada em inscrições de monumentos para legitimar a posição do soberano.

Acreditamos que a singularidade do reinado de Hatshepsut encontra-se na maneira e na frequência com a qual os temas do discurso faraônico foram utilizados. Poucos soberanos antes de Hatshepsut souberam construir de maneira tão forte uma ligação com os deuses. A

constante ênfase em sua relação com o deus dinástico, Amon-Ra, mostrou-se uma importante ferramenta para legitimar seu poder terreno. Cenas como a de sua coroação e de seu nascimento divino mostravam que seu governo tinha o apoio dos deuses e era legítimo por ser ela a herdeira de Amon, o que corrobora a segunda hipótese, já que Hatshepsut utilizou fortemente a figura dessa divindade para consolidar seu poder.

A ideia de um faraó mantenedor da ordem anteriormente destruída por agentes do caos também fez parte dos temas usados por Hatshepsut durante seu reinado. Os melhoramentos executados no templo de Amon em Karnak, com a construção da Capela Vermelha, mostravam aos súditos que um governante poderoso estava no poder, servindo e auxiliando os deuses na tarefa de manter a desordem longe do mundo organizado. Outra demonstração de poder do monarca foi a construção do imponente e inovador templo de Deir el-Bahri, que em alguns de seus relevos exibia a expedição a Punt realizada durante o reinado, em que foram obtidos, dentre outras coisas, materiais necessários para o culto de Amon. A própria construção do templo foi uma prova da prosperidade e do poder do faraó.

Outro aspecto evidenciado pelas fontes é que, em todas as composições nas quais Hatshepsut aparecia com o herdeiro, ela tinha a primazia na cena, demonstrando quem era o monarca no trono das Duas Terras. Thutmés III, apesar de ser descrito com reverência, sempre tinha um papel secundário em relação à sua tia/madrasta. Contudo, é importante salientar que mesmo tendo claramente Hatshepsut o papel como governante exaltado nas imagens, Thutmés III nunca deixou de ser representado. Tal ação deve-se à existência de uma monarquia dual na qual dois faraós governavam o Egito, tendo um deles o controle maior. Isso é coerente, pois acreditamos que havia uma necessidade intrínseca de manter a imagem do herdeiro ligada à de Hatshepsut, mesmo depois do momento em que ela emerge como faraó. Não devemos esquecer que foi para manter o trono do herdeiro menor de idade que Hatshepsut começou sua regência. Assim, mesmo após o início de seu reinado faraônico, representar Thutmés III ao seu lado, inclusive com este cultuando-a, reiterava a ideia de que seu governo era legítimo, sendo respeitado até mesmo pelo herdeiro do faraó anterior.

Especificamente com relação à imagem de Hatshepsut, observamos uma gradual transferência de representações com fortes características atribuídas ao gênero feminino para imagens completamente masculinizadas da soberana. A dificuldade em atribuir uma data precisa aos artefatos tornou a organização cronológica das fontes uma tarefa de difícil

realização. Porém, as representações deixam claro que, no seu período regencial, Hatshepsut já começa a usar terminologias e títulos faraônicos misturados com sua imagem feminina, como a estátua em que aparece usando vestido e toucado real. A partir do sétimo ano e com sua autoproclamação como faraó, torna-se evidente que os aspectos associados a seu sexo no cânone artístico egípcio perdem espaço para aqueles ligados à sua posição como faraó. Assim, as representações da mulher-faraó perdem os contornos femininos e passam a ser o reflexo da imagem de um soberano varão no auge de seu poder.

Esse processo foi intensificado ao longo dos anos e atribuímos esse fato a dificuldade cada vez maior de justificar o poder da mulher-faraó com o crescimento de Thutmés III. Como aventado na terceira hipótese dessa pesquisa, nota-se que nas imagens em que Hatshepsut aparece com Thutmés III não há traços femininos, tanto iconográficos quanto textuais. Contudo, em cenas nas quais a mulher-faraó é representada com deuses e, principalmente, na estatuária ainda podem ser percebidos traços que indicam que o faraó era uma mulher, mesmo que estes fossem diminutos diante de sua figura faraônica/masculina.

A posterior destruição de suas representações faraônicas demonstra que o reinado de uma mulher, mesmo próspero e pacífico, não correspondia à ordem estabelecida há milênios. Assim como ocorreu com Sobekneferu, o reinado de Hatshepsut foi sistematicamente apagado da memória tão cuidadosamente eternizada nas paredes de templos e de outras construções. Além disso, o grafito que apresenta uma imagem supostamente de Hatshepsut em coito anal com Senenmut evidencia que seu reinado, apesar das constantes tentativas de legitimação não era aceito por todos.

A produção do reinado de Hatshepsut deixa claro que ela procurou usar todas as possibilidades contidas dentro do discurso faraônico para reforçar seu poder como governante. Sua ligação com Amon-Ra, a aprovação de seu pai humano, a subserviência do herdeiro, as construções, a apresentação do culto à sua imagem ainda em vida foram algumas estratégias utilizadas para afirmar que havia um soberano legítimo no poder.

Os ataques evidenciam que mesmo para os últimos anos de reinado, o gênero atribuído ao seu sexo não foi totalmente sublimado, aparecendo em terminações femininas nas inscrições que acompanhavam as representações ou em traços delicados nas estátuas que tornam únicas as representações de Hatshepsut. Nos relevos, a imagem masculina de Hatshepsut contrasta, muitas vezes, com as inscrições que se referem a ela. Por ser uma arte

tridimensional, é na estatuária que encontramos os exemplos mais emblemáticos da confluência dos gêneros na imagem da soberana. Em algumas figurações em que aparece masculinizada ainda é possível perceber a delicadeza dos traços ou a cor amarelada presente nas imagens de mulheres, fator reforçado nas inscrições que mesclavam títulos masculinos e terminações femininas. Quando atentamos para a pequena quantidade de estátuas de Hatshepsut que chegou aos dias atuais, é impossível não pensar nas obras que foram totalmente destruídas e nos aspectos originais que elas deveriam conter. A arte no Egito, além de produção ideológica, procurava capturar a permanência, a eternidade. Esta foi a arte utilizada por Hatshepsut que, mesmo sem intentar tal coisa, deixou marcada na História a existência de uma mulher que se fez faraó do país das Duas Terras.

BIBLIOGRAFIA

BAINES, John. Kingship, definition of culture and legitimation. In: O'CONNOR, D. & SILVERMAN, D. (ed.) *Ancient Egyptian Kingship*. New York: E.J. Brill, 1995, 345 p. p. 3.

CARDOSO, Ciro. *A arte egípcia: um estudo de suas características fundamentais*. Artigo Inédito.

_____. Gênero e literatura ficcional – caso do antigo Egito no 2º milênio a.C. In: *Amor, desejo e poder na Antiguidade. Relações de gênero e representações do Feminino*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. *Monumento e memória no antigo Egito*. Comunicação inédita, 2008.

GRALHA, Julio. *Deuses, faraós e o poder*. Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2002, 190 p.

KELLER, C. The joint reign of Hatshepsut and Thutmose III. In: ROEHRIG, C. (Ed) *Hatshepsut: from queen to pharaoh*. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2005, 340 p.p. 96

LESKO, Bárbara. *The Remarkable women of Ancient Egypt*. United States of America: Scribe Publications, 1987.

ROBINS, Gay. *Las Mujeres en el Antiguo Egipto*. Madrid: Akal, 1996, 236 p.

_____. The God's wife of Amun in the 18th dynasty in Egypt. In: CAMERON, A. & KHURT, A. *Images of Women in Antiquity*. Routledge, 1993

ROEHRIG, C. (Ed) *Hatshepsut: from queen to pharaoh*. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2005, 340 p.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ROTH, Ann M. Hatshepsut's Mortuary Temple at Deir el-Bahri: Architecture as Political Statement. In: ROEHRIG, C. (Ed) *Hatshepsut: from queen to pharaoh*. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2005, 340 p. p.147

SILVERMAN, David P. The nature of Egyptian Kingship. In: O'CONNOR, D. & SILVERMAN, D. (ed.) *Ancient Egyptian Kingship*. New York: E.J. Brill, 1995, 345 p.p. 45.

SOUZA, Anna Cristina F. de. *Nefertiti: sacerdotisa, deusa e faraó. Androginia e poder nas imagens de Amarna*. Niterói, 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

TYLDESLEY, Joyce. *Hatshepsut. The female pharaoh*. New York: Viking, 1996, 270 p.

VALBELLE, Dominique. Pharaonic Regality. The nature of Power. In: ZIEGLER, Christiane (ed). *The pharaohs*. New York: Rizzoli, 2002, 512 p.p. 97.